

RESOLUÇÃO Nº 068/2020-CSMP

Altera a Resolução nº 52/2018-CSMP, que Consolida as normas que disciplinam a atuação dos Órgãos de Execução do Ministério Público do Estado de Mato Grosso nos inquéritos civis e, demais procedimentos investigatórios na área dos interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis e, dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 416, de 22 de dezembro de 2010, ad referendum do Colegiado;

RESOLVE:

Art. 1º A Resolução nº 52/2018-CSMP passa a vigorar com as seguintes modificações:

Art. 42 As testemunhas serão ouvidas, preferencialmente, na sede da Promotoria ou Procuradoria de Justiça, em dia e hora previamente agendados.

§ 2º Estando a testemunha na comarca e não sendo possível sua presença na sede da Promotoria ou da Procuradoria de Justiça, por doença, deficiência física ou outra causa, poderá ser ouvida onde se encontre, a critério do presidente do inquérito civil, inclusive, se necessário, por meio de videoconferência.

§ 3º Estando a testemunha em comarca diversa, a oitiva dar-se-á por carta precatória e/ou por videoconferência.

§ 4º Aplica-se às videoconferências mencionadas neste artigo o disposto no Título V-A desta Resolução. (NR)

TÍTULO V-A

DOS REGISTROS AUDIOVISUAIS

Art. 66-A O membro do Ministério Público, visando instrumentalizar a realização de atos processuais ou procedimentais à distância, poderá tomar depoimentos, realizar audiências, reuniões e outros atos, desde que compatíveis, por meio de transmissão de sons e imagens ao vivo e em tempo real (videoconferência), sem prejuízo de seu caráter reservado, quando assim for determinado expressamente nos autos.

Art. 66-B O membro do Ministério Público notificará, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, as pessoas que participarão do ato, sobre a data e o horário em que será realizada a videoconferência, inclusive com instruções acerca da ferramenta tecnológica que será utilizada.

§ 1º O membro do Ministério Público deverá observar eventual diferença de fuso horário entre as localidades em que se encontrem as pessoas envolvidas na realização do ato.

§ 2º As pessoas notificadas para participarem de videoconferência que residam em localidade diversa da Promotoria ou Procuradoria de Justiça responsável pela realização do ato e que não tenham acesso aos meios tecnológicos necessários para fazê-lo, poderão buscar apoio técnico-operacional da unidade ministerial mais próxima.

Art. 66-C A videoconferência será gravada e dela será lavrada ata com o resumo do ato a que se destina e de eventuais ocorrências.

§ 1º A ata da videoconferência deverá ser assinada por seus participantes, independentemente da localidade em que se encontrem, ainda que por meio digital, e posteriormente juntada aos autos.

§ 2º A gravação da videoconferência constará no procedimento do Ministério Público a que se refere, independentemente de transcrição, podendo, no entanto, ser degravada, a critério do agente ministerial responsável.

§ 3º Na impossibilidade de juntada da gravação nos autos eletrônicos, seu arquivo digital deverá ser armazenado em mídia ótica, disco rígido ou outro dispositivo ou tecnologia de armazenamento disponível, e mantido em arquivo próprio no respectivo órgão de execução, devendo o fato ser certificado no feito pelo membro do Ministério Público ou sua equipe de apoio.

Art. 66-D Caso solicitado formalmente, poderá ser fornecida cópia do arquivo digital da videoconferência aos interessados, mediante assinatura de termo específico, devendo estes, para tanto, fornecer a mídia a ser utilizada ou indicar o endereço eletrônico para o qual será remetida, observados os procedimentos adequados quanto ao sigilo.

Art. 66-E No início e ao término do ato por videoconferência, o membro do Ministério Público ou sua equipe de apoio deverá realizar testes quanto a qualidade do vídeo e do áudio de todos os participantes, bem como da gravação, a fim de verificar eventuais circunstâncias que impossibilitem o uso para o qual se destina.

Parágrafo único. Identificada, no decorrer do ato, qualquer problema técnico que impeça a continuidade da videoconferência ou de sua gravação, a circunstância será comunicada imediatamente ao membro do Ministério Público responsável pelo ato.

Art. 66-F Todas as formalidades necessárias para a concretização dos atos instrutórios observarão, no que couber, o disposto na legislação pertinente, devendo as questões de ordem ser dirimidas pelo membro do Ministério Público responsável pela condução do ato. (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Cuiabá-MT, 16 de abril de 2020.

JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público